

A EXPANSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM MINAS GERAIS: ESTATÍSTICAS, LEGISLAÇÃO E HISTORIOGRAFIA (1942-1961)

*Giseli Cristina do Vale Gatti (Uniuibe)**

<http://orcid.org/0000-0002-9237-8777>

*Décio Gatti Júnior (UFU)***

<http://orcid.org/0000-0002-5876-6733>

RESUMO

Apreendeu-se a expansão do Ensino Secundário em Minas Gerais, no Brasil, entre 1942 e 1961. Examinaram-se informações no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e no Ministério da Educação e Cultura; legislação de ensino na Assembleia Legislativa de Minas Gerais; historiografia sobre o Ensino Secundário. Houve crescimento populacional de 45,56% no período, com expansão de 621,5% no número de matrículas no Ensino Secundário (de 21.439, em 1942, para 154.688, em 1963) e de 137 estabelecimentos, em 1945, para 437, em 1959 (219% de crescimento). Houve intenso movimento legiferante estadual até 1930, mas, depois, o governo central assumiu a legislação educacional. A historiografia sobre o Ensino Secundário mineiro localizada compreendeu 57 trabalhos, com predomínio da História das Instituições Escolares. Houve forte expansão do Ensino Secundário em Minas Gerais, com oferta privada predominante, notadamente católica, mediante subvenções públicas.

Palavras-chave: História. Educação. Ensino secundário. Minas Gerais. Expansão.

ABSTRACT

EXPANSION OF SECONDARY EDUCATION IN MINAS GERAIS: STATISTICS, LEGISLATION, AND HISTORIOGRAPHY (1942-1961)

Considerable expansion of secondary education in Minas Gerais, Brazil, can be perceived from 1942 to 1961. An examination was made of information in the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), in the Revista Brasileira de

* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na qual concluiu estágio de pós-doutorado. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba (Uniuibe). Beneficiária do Edital Universal do CNPq. E-mail: giseli.vale.gatti@gmail.com

** Doutor em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), com estágio de pós-doutorado concluído na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Beneficiário do Programa Pesquisador Mineiro da Fapemig. E-mail: degatti@ufu.br

Estudos Pedagógicos, and in the Ministério da Educação e Cultura; of education legislation in the Legislative Assembly of Minas Gerais; and of historiography regarding secondary education. Population growth of 45,56% occurred in this period, with expansion of 621,5% in the number of enrollments in secondary education (from 21.439 in 1942 to 154.688 in 1963) and expansion in the number of schools (from 137 schools in 1945 to 437 schools in 1959 - 219% growth). There was intense state legislative activity up to 1930, but then the national government took over educational legislation. Historiography regarding secondary education specifically in Minas Gerais consists of 57 studies, with predominance of the History of School Institutions. There was strong expansion of secondary education in Minas Gerais, with predominance of private schooling, most notably Catholic, through public funding.

Keywords: History. Education. Secondary education. Minas Gerais. Expansion.

RESUMEN

LA EXPANSIÓN DE LA ENSEÑANZA SECUNDARIA EN MINAS GERAIS: ESTADÍSTICAS, LEGISLACIÓN E HISTORIOGRAFÍA (1942-1961)

Se recoge la expansión de la Enseñanza Secundaria en Minas Gerais, en Brasil, entre 1942 y 1961. Se examinaron informaciones en el Instituto Brasileiro de Geografía y Estadística, en la Revista Brasileira de Estudios Pedagógicos y en el Ministerio de la Educación y Cultura; legislación de enseñanza en la Asamblea Legislativa de Minas Gerais; historiografía sobre la Enseñanza Secundaria. El crecimiento de la población del 45,56% ocurrió en este período. Se denota un crecimiento de matrículas en la Enseñanza Secundaria (de 21.439, en 1942, para 154.688, en 1963 - 621,5%) y de 137 escuelas, en 1945, para 437, en 1959 (219% de crecimiento). Hubo un intenso movimiento legislativo estatal hasta 1930. Sin embargo, después, el gobierno central asumió la legislación educativa. La historiografía sobre la Enseñanza Secundaria minera localizada comprende 57 trabajos, con predominio en la Historia de las Instituciones Escolares. Ocurrió una fuerte expansión de la Enseñanza Secundaria en Minas Gerais, con oferta privada predominantemente, sobre todo católica, mediante subvenciones públicas.

Palabras clave: Historia. Educación. Enseñanza secundaria. Minas Gerais. Expansión.

Introdução

A forma como se estruturou o Ensino Secundário é um tema importante da pesquisa histórico-educacional brasileira e internacional, todavia, em um país de dimensões continentais como o Brasil, é de se esperar que o ritmo da escolarização nesse nível de ensino no território nacional tenha sido desigual e, possivelmente, diferente, seja no aspecto legislativo

ou na configuração das instituições escolares, mas, também, nas disputas entre diferentes instâncias promotoras do ensino, estatais, da sociedade civil e confessionais.

Desse modo, no sentido de buscar conferir maior precisão ao modo como se expandiu e se estruturou o Ensino Secundário no Brasil, um conjunto de pesquisadores brasileiros,

vinculados às instituições de educação superior localizadas em diferentes estados e regiões do país, uniram-se para desenvolver uma investigação acerca das especificidades estaduais do processo de escolarização em nível secundário no Brasil, tendo como marco temporal geral o período compreendido entre os anos de 1942 e 1961, momento no qual se tinha indícios que o processo de expansão deste nível de ensino teria sido mais intenso.

Em nosso caso, estivemos dedicados a investigar a realidade da expansão do Ensino Secundário no Estado de Minas Gerais entre as décadas de 1940 e 1960, por meio de três frentes de pesquisa. Na primeira, estivemos preocupados com os dados estatísticos gerais e específicos sobre o Ensino Secundário. A segunda frente abarcou a legislação do Ensino Secundário em termos nacionais, mas, sobretudo, em âmbito estadual. Por fim, a terceira frente de pesquisa abrangeu a historiografia nacional sobre o Ensino Secundário em Minas Gerais (GATTI; GATTI JÚNIOR, 2020).

Para tanto, foram acionadas diferentes e importantes fontes de pesquisa. No que se refere ao exame das informações estatísticas sobre a população e sobre o Ensino Secundário em Minas Gerais, esta atividade delongou muito tempo da investigação e foi realizada, inicialmente, por meio da consulta ao conteúdo específico sobre Minas Gerais disposto em vinte e dois volumes do Anuário Estatístico do Brasil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicados entre os anos de 1946 e 1968 (BRASIL, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953a, 1953b, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959a, 1960, 1961, 1962, 1964, 1965, 1966, 1968).

Em seguida, com a finalidade de precisar se os estabelecimentos escolares do Ensino secundário em Minas Gerais estiveram vinculados à iniciativa do Estado, da sociedade civil ou das confissões religiosas, foi necessário um trabalho de investigação sobre cada um dos estabelecimentos de Ensino Secundário em funcionamento nos anos de 1945 e de 1959, para o

que foi fundamental a consulta aos dados sobre estabelecimentos desse nível de ensino contidos em duas publicações, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (*O ENSINO...*, 1945) e a publicação intitulada *Estabelecimentos do Ensino Secundário em Funcionamento no Brasil até 1959 (inclusive)* (BRASIL, 1959b), realizada pela Seção de Prédios e Aparelhamento escolar da Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, em 1959.

Quanto à legislação de ensino, houve consulta aos acervos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do Arquivo Público Mineiro, bem como o necessário cotejamento com informações bibliográficas. Esta consulta realizou-se presencialmente, para o reconhecimento do acervo e dos diligentes funcionários responsáveis, mas, também, com auxílio destes, no trabalho direto com o material já disponível *on-line*.

Por fim, no que se refere à historiografia sobre o Ensino Secundário em Minas Gerais, foram consultados o catálogo de teses e dissertações da CAPES, o acervo particular de livros e periódicos e os principais periódicos da área de Educação e de História da Educação.

A partir desse conjunto significativo de informações levantadas foi possível proceder a análise dos dados que serão apresentadas a seguir em três seções específicas. A primeira delas abordará a expansão do Ensino Secundário em Minas Gerais, por meio da análise dos dados estatísticos levantados. Na segunda seção, o exame recairá sobre a legislação do Ensino Secundário, com análise que evidenciará os aspectos específicos do Estado de Minas Gerais e sua relação com as normativas nacionais. Por fim, a análise recairá sobre a historiografia que foi possível levantar até o presente momento sobre o Ensino Secundário em Minas Gerais. Nas considerações finais, buscou-se apresentar algumas conclusões a que se foi possível chegar até o presente momento, bem como apontar questões que podem animar a continuidade da pesquisa sobre o Ensino Secundário em Minas Gerais.

1. População e Ensino Secundário no Estado de Minas Gerais (1940-1960)

Nesta primeira seção, abordaremos os principais dados estatísticos que conseguimos acessar em diferentes acervos nacionais e estaduais. A partir desses dados, procederemos a análise e atribuiremos significados interpretativos, buscando indicar razões e buscar consequências da evolução quantitativa geral, acerca de dois enfoques principais, a situação da população de modo mais geral e do Ensino

Secundário em particular no Estado de Minas Gerais.

Nessa direção, parece importante mencionar o número de estabelecimentos do Ensino Secundário em funcionamento no Brasil, em dois momentos, 1945 e 1959, sendo que estes dados colaboram para contextualizar numericamente a situação nacional, com possibilidade de destacar no universo dos diferentes estados da Federação, com dimensões territoriais e quantitativas populacionais diversos, a situação particular do Estado de Minas Gerais, conforme se pode examinar nas Tabelas 1 e 2 expostas a seguir.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos de Ensino Secundário por Estado no Brasil (1945)

Unidades Federadas	Ginásios	Ginásios e Colégios	Total	%
São Paulo	139	91	230	27,8%
Minas Gerais	100	37	137	16,6%
Distrito Federal	43	49	92	11,1%
Rio Grande do Sul	61	14	75	9,1%
Rio de Janeiro	38	15	53	6,4%
Pernambuco	20	17	37	4,4%
Bahia	17	11	28	3,3%
Paraná	12	16	28	3,3%
Ceará	20	07	27	3,2%
Espírito Santo	12	05	17	2,0%
Goiás	14	01	15	1,8%
Santa Catarina	08	04	12	1,4%
Mato Grosso	09	03	12	1,4%
Alagoas	05	05	10	1,3%
Piauí	08	01	09	1,2%
Rio Grande do Norte	08	01	09	1,2%
Paraíba	08	01	09	1,2%
Pará	03	05	08	1,0%
Maranhão	05	02	07	0,9%
Sergipe	06	01	07	0,9%
Amazonas	00	03	03	0,3%
Acre (Território)	02	00	02	0,2%
Brasil	538	289	827	100%

Fonte: O Ensino... (1945, p. 283-284).

Tabela 2 – Número de estabelecimentos de Ensino Secundário por Estado no Brasil (1959)

Unidades Federadas	Ginásios	Colégios	Total	%
São Paulo	478	209	687	25,3%
Minas Gerais	344	93	437	16%
Rio Grande do Sul	204	56	260	9,5%
Distrito Federal	114	100	214	7,9%
Rio de Janeiro	125	47	172	6,3%
Paraná	117	31	148	5,5%

Pernambuco	113	24	137	5%
Bahia	107	17	124	4,6%
Ceará	86	14	100	3,7%
Goiás	64	08	72	2,7%
Espírito Santo	48	10	58	2,4%
Santa Catarina	45	9	54	1,9%
Alagoas	27	11	38	1,4%
Paraíba	30	6	36	1,3%
Piauí	27	5	32	1,19%
Mato Grosso	22	7	29	1,09%
Pará	20	8	28	1%
Maranhão	19	4	23	0,84%
Sergipe	20	3	23	0,84%
Rio Grande do Norte	14	6	20	0,73%
Amazonas	12	2	14	0,5%
Rondônia	3	1	4	0,14%
Acre	1	1	2	0,07%
Amapá	1	1	2	0,07%
Rio Branco	1	0	1	0,03%
Subtotal	2042	673	2.715	100%

Fonte: Brasil (1959b, p. 6).

Depreende-se dos dados apresentados nas Tabelas 1 e 2 que o Estado de São Paulo permaneceu na dianteira do número de estabelecimentos do Ensino Secundário nas duas oportunidades, 1945 e 1959, respectivamente, com 27,8% e 25,3%, todavia, sempre seguido pelo Estado de Minas Gerais, que possuía, respectivamente, 16,6% e 16% dos estabelecimentos brasileiros destinados ao Ensino Secundário naqueles mesmos levantamentos. Rio Grande do Sul e Distrito Federal alternaram-se, em cada levantamento, entre o terceiro e o quarto lugar, seguidos, com alguma distância, pelos demais estados. O conhecimento desta realidade permite que avancemos para compreender melhor a situação particular da História da Ensino Secundário no Estado de Minas Gerais, o que será tentado desde agora.

1.1 A evolução demográfica no Estado de Minas Gerais (1890-1965)

Em 1890, estimava-se que a população de Minas Gerais somava 3.184.099 habitantes, com crescimento de 84,9% até 1920, quando alcançou 5.888.174 habitantes. Entre 1920 e 1940, a população avançou para 6.736.416, assinalando um crescimento de 14,4% em vinte anos. De 1940 a 1950, o crescimento assinalado foi robusto, somando em uma década 14,56%, com o alcance de 7.717.792 habitantes. Por fim, entre 1950 e 1960, a população evoluiu para 9.798.880 habitantes, denotando um crescimento em uma década da ordem de 26,96%, conforme pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 3 – Evolução da população do Estado de Minas Gerais (1890-1960)

ANO	NÚMERO DE HABITANTES		
	Zona urbana	Zona rural	Total
1890	-	-	3.184.099
1920	-	-	5.888.174
1940	1.693.040	5.043.376	6.736.416
1950	2.320.054	5.397.738	7.717.792
1960	3.940.557	5.858.323	9.798.880

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo com base em dados obtidos em Brasil (1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953a, 1953b, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959a, 1960, 1961, 1962, 1964, 1965, 1966, 1968).

No que se refere à evolução da população urbana e rural, é possível depreender da Tabela 3 que houve estabilidade populacional na zona rural, mas, por outro lado, houve crescimento robusto da população urbana, com passagem de 1.693.040 habitantes, em 1940, para 3.940.557 em 1960, o que assinala um crescimento da ordem de 132,75% em apenas duas décadas. Percebe-se, desse modo, que a manutenção da estabilidade populacional na zona rural foi conseguida muito provavelmente graças a um processo de saída do homem do campo à cidade.

Essa assertiva parece ser confirmada pelo número de municípios que possuíam mais de 50 mil habitantes em Minas Gerais, que, em 1940, somavam 15 municípios, destacadamente, Belo Horizonte (211.650 habitantes), Juiz de Fora (106.482), Teófilo Otoni (86.242) e Barbacena (72.519), quase dobrando o número de municípios com mais de 50 mil habitantes no ano de 1960, quando foi alcançado o número de 27 municípios que possuíam mais de 50 mil habitantes, conforme pode ser visto detalhadamente na Tabela 4.

Tabela 4 – Municípios acima de 50 mil habitantes no Estado de Minas Gerais em 1960

NÚMERO	MUNÍCIPIO	NÚMERO DE HABITANTES
1	Belo Horizonte (Capital)	693.328
2	Juiz de Fora	182.481
3	Montes Claros	132.502
4	Teófilo Otoni	129.111
5	Governador Valadares	122.209
6	Caratinga	107.654
7	Patos de Minas	97.286
8	Itambacuri	95.739
9	Uberlândia	88.282
10	Uberaba	87.833
11	Ituiutaba	71.004
12	Barbacena	66.545
13	Ponte Nova	65.524
14	Minas Novas	64.362
15	Tarumirim	63.461
16	Januária	60.599
17	Salinas	59.195
18	São João del Rei	58.200
19	Conselheiro Lafaiete	55.567
20	Conselheiro Pena	54.432
21	Divinópolis	53.340
22	Curvelo	53.052
23	Diamantina	52.777
24	Araguari	52.191
25	Resplendor	52.035
26	Itajubá	51.245
27	Ubá	50.244

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo com base em dados obtidos em Brasil (1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953a, 1953b, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959a, 1960, 1961, 1962, 1964, 1965, 1966, 1968).

No que se refere ao município de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, houve um incremento populacional significativo, com a passagem de 211.650 habitantes, em 1940,

para 693.328 habitantes, em 1960, o que assinalou um crescimento populacional da ordem de 227,58% em duas décadas. Nessa direção, é provável que o interesse de porções populacio-

nais cada vez mais significativas em residir na capital favoreceu esta situação acima da média do próprio Estado.

Todavia, cabe assinalar que as curvas ascendentes de crescimento populacional também puderam ser vistas, ainda que mediante menor intensidade, em outras municipalidades, tais como Juiz de Fora, que passou de 106.482 habitantes, em 1940, para 182.481 habitantes, em 1960, assinalando um adensamento populacional em duas décadas de 71,37%, o que não deixa de ser um número robusto, bem como Teófilo Otoni, cuja população cresceu 49,7% em duas décadas, passando de 86.242 habitantes, em 1940, para 129.111 habitantes, em 1960.

Quanto ao número de homens e mulheres entre as décadas de 1940 e 1950, foi possível perceber que houve equilíbrio nos percentuais para cada um dos sexos, com a população masculina, em 1950, somando 3.836.758 habitantes e a feminina, 3.881.034, respectivamente,

49,7 e 50,3%. No que se refere a cor, entre 1940 e 1950, os dados apontam em média para 59,8% de brancos, seguido de pardos (23,1%), pretos (16,95%) e, com boa distância, amarelos (0,02%). Os não declarados perfizeram uma média no período de 0,13%.

Um conjunto de dados importantes refere-se à faixa etária da população, com consequências na direção da demanda por escolarização em nível inicial, mas, em seguida, em nível secundário também. Deste modo, em Minas Gerais, no período compreendido entre 1940 e 1950, é possível afirmar que a população era predominantemente jovem, com concentração entre 0 e 24 anos. De um total de 6.736.416 habitantes em 1940, 4.357.498 estavam na faixa de 0 a 24 anos, o que perfazia um percentual significativo, de aproximadamente 64,7%. Em 1950, por seu turno, o percentual da população de 0 a 24 anos permaneceu alto, 64,1% da população total de 7.717.792 habitantes, conforme pode ser examinado na Tabela 5 a seguir.

Tabela 5 – Número de habitantes por faixa etária no Estado de Minas Gerais (1940/1950)

FAIXA ETÁRIA	1940	1950
00-04	1.079.690	1.278.885
05-09	1.002.305	1.093.276
10-14	900.226	985.255
15-19	738.796	862.458
20-24	636.481	731.477
Subtotal	4.357.498 (64,7%)	4.951.351 (64,1%)
25-29	527.431	589.394
30-39	759.138	892.639
40-49	528.310	616.366
50-59	310.146	365.681
60-69	165.295	195.167
70-79	59.417	70.555
80 +	25.575	27.074
Ignorada	3.606	9.565
Total	6.736.416 (100%)	7.717.792 (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo com base em dados obtidos em Brasil (1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953a, 1953b, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959a, 1960, 1961, 1962, 1964, 1965, 1966, 1968).

No que se refere à leitura e à escrita desde os cinco anos de idade, entre 1940 e 1950, a população do Estado de Minas Gerais era, em sua maior parte, analfabeta, sendo o percentual daqueles que sabiam ler e escrever muito baixo, alcançando, em média, apenas 35,7% da popu-

lação do Estado, e a maior parte da população, 64,3%, permanecia sem saber ler e escrever. Houve sensível melhora entre 1940 e 1950, mas sem mudança significativa, conforme se pode examinar na Tabela 6.

Tabela 6 – Leitura e escrita, desde 5 anos de idade, no Estado de Minas Gerais (1940-1950)

Ano	Sabe ler e escrever	%	Não sabe ler e escrever	%	Total
1940	1.868.515	33,2	3.758.878	66,8	5.627.397
1950	2.461.921	38,2	3.976.980	61,8	6.438.901

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo com base em dados obtidos em Brasil (1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953a, 1953b, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959a, 1960, 1961, 1962, 1964, 1965, 1966, 1968).

Os dados até aqui apresentados colaboram para a percepção da situação demográfica do Estado de Minas Gerais durante as décadas de 1940 a 1960, período no qual é visível um crescimento populacional continuado, com enorme adensamento da população em conglomerados urbanos, sendo o crescimento do número de cidades com mais de 50 mil habitantes uma amostra significativa.

Além disso, a população em idade escolar é a predominante, alcançando percentuais acima de 60%, o que, sem dúvida, esteve a provocar um incremento da demanda por escolarização, sobretudo junto a uma população na qual persistia um percentual elevado, de mais de 60%, que não sabia ler e escrever.

Desse modo, no que se refere à escolarização, houve respostas à demanda social que se avolumava, por meio de iniciativas estatais, da sociedade civil e confessionais, que se fizeram ver tanto na criação de escolas dedicadas às séries iniciais, nas zonas urbana e rural, como na expansão de estabelecimentos e de matrículas no Ensino Secundário, foco deste artigo e que será examinado logo a seguir.

1.2. O Ensino Secundário no Estado de Minas Gerais (1940-1960)

A demanda por escolarização ganhou adensamento ao longo do Século XX. O período compreendido entre as décadas de 1940 e 1960 teve ainda o agravante de sofrer enorme pressão demográfica, devido ao crescimento

populacional, sobretudo na faixa etária compreendida entre 0 e 24 anos, que integrava 60% da população do Estado de Minas Gerais.

Contudo, o atendimento dessa demanda, no que se refere ao Ensino Secundário, só foi possível com a conjugação de esforços das iniciativas pública e particular. No setor público houve investimentos federais, estaduais e municipais, mas a centralidade da oferta de matrículas e de conclusões esteve a cargo das escolas estaduais, responsáveis, em 1955, por 84% das matrículas e 68% das conclusões do setor público.

Todavia, o atendimento particular era imensamente maior, pois que, nesse mesmo ano de 1955, o setor público abrigava apenas 11.050 matrículas, enquanto o setor privado dava lugar a 56.820 matrículas, perfazendo um total de 67.870 matrículas, das quais 16,3% no setor público e significativos 83,7% no setor privado.

De fato, a predominância da oferta privada sobre a pública é visível no período que se estende de 1942 a 1963, sendo que podemos expor dados que se referem aos anos de 1942, 1952, 1955 e 1963, sendo os dois últimos mais completos, em intervalos próximos no tempo, com a vantagem de que estas datas aproximam-se satisfatoriamente da periodização escolhida para a presente investigação, a título de lembrete, de 1942 a 1961. No sentido de corroborar o que se esteve a expor nos últimos parágrafos, apresentamos a seguir os dados contidos na Tabela 7.

Tabela 7 – Ensino Secundário em Minas Gerais (1942, 1952, 1955 e 1963)

Ano	Matrículas				Conclusões					
	Públicas	%	Privadas	%	Total	Públicas	%	Privadas	%	Total
1942	-	-	-	-	21.438	-	-	-	-	4.609
1952	-	-	-	-	58.258	-	-	-	-	8.549
1955	11.050	16,3	56.820	83,7	67.870	1.572	14,2	9.469	85,8	11.041
1963	39.744	25,7	114.944	74,3	154.688	4.848	23,3	15.919	76,7	20.767

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo com base em dados obtidos em Brasil (1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953a, 1953b, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959a, 1960, 1961, 1962, 1964, 1965, 1966, 1968).

A concentração da oferta de matrículas e de conclusões na iniciativa particular também era corroborada pelo número de docentes e de estabelecimentos de ensino que, em 1955, alcançavam os percentuais de 83% quanto aos docentes e de 84,7% no que se refere aos estabelecimentos de ensino vinculados ao setor particular, em um universo total de 5.172 docentes e de 392 estabelecimentos, perfazendo, desse modo, no setor particular, 4.295 docentes e 332 estabelecimentos.

Na documentação examinada, sobretudo naquela depositada no acervo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foi possível encontrar indícios consistentes de regularidade na transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, por meio de subvenções, sobretudo bolsas de estudos, mas, neste momento e no âmbito da presente pesquisa, não foi possível avançar para conclusões mais substantivas quanto a este importante aspecto.

Todavia, um ponto que precisou de aprofundamento investigativo esteve relacionado

à tarefa de perscrutar no interior do universo da oferta privada quais seriam os montantes de instituições escolares vinculadas à sociedade civil e às confissões religiosas, em especial à confissão católica, visto que os dados encontrados até então não permitiam essa distinção.

Para tanto, partiu-se do exame das relações de estabelecimentos escolares secundários apresentadas em documentos do governo federal, com a escolha de dois especificamente, o primeiro, que se referia ao ano de 1945, no qual estavam dispostos 137 estabelecimentos em Minas Gerais (O ENSINO..., 1945), e o segundo, que se referia ao ano de 1959, no qual estavam elencados 437 estabelecimentos em Minas Gerais (BRASIL, 1959b). Sempre mediante alguma chance de incorreção, no primeiro caso, foi possível determinar a vinculação de todos os estabelecimentos, mas, no segundo caso, não se conseguiu definir com segurança 81 casos dentre os 437 examinados, conforme demonstrado na Tabela 8.

Tabela 8 – Estabelecimentos do Ensino Secundário em Minas Gerais (1945-1959)

Ano	Estabelecimentos				Total
	Públicos	Privados			
		Sociedade Civil	Confessionais	Sem identificação	
1945	26 (19,0%)	041 (30,0%)	070 (51,0%)	-	137
1959	65 (14,9%)	139 (31,8%)	152 (34,8%)	81 (18,5%)	437

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo com base em dados obtidos em: O Ensino... (1945, p. 305-309); Brasil (1959b, p.5) e Brasil (1959b, p.33-52).

Depreende-se dos dados apresentados na Tabela 8 que entre 1945 e 1959, período significativo no âmbito da presente pesquisa, os estabelecimentos públicos ficaram apenas próximos de 17% do total (26, em 1945; 65, em 1959), enquanto os privados tinham aproximadamente 83% do total de estabelecimentos (111, em 1945; 372, em 1959), o que, em termos estatísticos, alinha-se aos percentuais de matrículas e de conclusões no Ensino Secundário no Estado de Minas Gerais.

É importante destacar, no entanto, a predominância de estabelecimentos vinculados às confissões religiosas católicas, que ultrapassam

numericamente e percentualmente o número de estabelecimentos vinculados às iniciativas da sociedade civil. Nesse sentido, parece importante mencionar que, no ano de 1945, o número de estabelecimentos católicos, 70, supera a soma do número de estabelecimentos públicos e privados da sociedade civil, 67. Já em 1959, houve alguma movimentação e, ainda que os católicos tivessem o maior número de estabelecimentos, 152, já não superavam a soma do número de estabelecimentos públicos e privados da sociedade civil, 204.

Outro aspecto importante diz respeito ao fato de que no período compreendido entre

1945 e 1959 ocorreu visível aumento do número de estabelecimentos do Ensino Secundário em Minas Gerais, saltando de 137 para 437, revelando um crescimento da ordem de 219%, em um intervalo curto de tempo, cerca de 14 anos, que foi maior do que o crescimento populacional registrado no período, da ordem de 45,56%, o que assinala uma busca de atendimento da demanda reprimida e nova, bem como um esforço consistente de ampliação da oferta educacional em nível secundário no Estado de Minas Gerais, por meio da ação, em especial, pela ordem, das confissões religiosas, da sociedade civil e do Estado, ainda que o setor público, notadamente estadual, mas também municipal, muito provavelmente subvencio-

nassem regularmente os estabelecimentos católicos e da sociedade civil.

É interessante observar que os 137 estabelecimentos de Ensino Secundário existentes em Minas Gerais no ano de 1945 estão distribuídos em um universo de 84 municípios mineiros, sendo que há apenas uma escola secundária em 58 deles. Em outros 19 municípios, há duas escolas secundárias em cada um, alcançando 38 unidades. As demais escolas secundárias somam 41 unidades e estão concentradas em apenas 7 cidades: Belo Horizonte (19), Juiz de Fora (6), Uberlândia (4), Poços de Caldas (3), São João del Rei (3), Ubá (3) e Uberaba (3), conforme consta na Tabela 9 a seguir.

Tabela 9 – Municípios do Estado de Minas Gerais com 03 ou mais escolas secundárias em 1945.

Nº.	Município	Estabelecimentos			Subtotal
		Públicos	Privados		
			Sociedade Civil	Confessionais	
01	Belo Horizonte	03	03	13	19
02	Juiz de Fora	00	02	04	06
03	Uberlândia	01	02	01	04
04	Poços de Caldas	01	00	02	03
05	São João del Rei	00	00	03	03
06	Ubá	01	01	01	03
07	Uberaba	00	01	02	03
Total		06	09	26	41

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo com base em dados obtidos em O Ensino... (1945, p. 305-309).

Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, possuía, em 1945, o maior número de estabelecimentos de Ensino Secundário do Estado, com 19 unidades, em um universo de 137 estabelecimentos, perfazendo 13,9% do total do Estado, bem acima da segunda colocada, a cidade de Juiz de Fora, com 6 escolas secundárias, perfazendo 4,4%.

É notável que 13 dentre 19 escolas secundárias em Belo Horizonte estivessem vinculadas a confissões católicas, o que quase alcançava 70% do total de estabelecimentos de ensino secundário da capital do Estado, sendo este um percentual parecido com o alcançado pelos sete municípios elencados na Tabela 9, com 63,4% de escolas secundárias vinculadas a confissões religiosas. São João

del Rei, por seu turno, tem a totalidade de suas escolas secundárias vinculadas à Igreja Católica em 1945.

Todavia, no conjunto desses sete municípios, o percentual de concentração de estabelecimentos no setor privado é mais significativo do que o que aparece no Estado de Minas Gerais como um todo, perfazendo 85,4% das unidades escolares de Ensino Secundário, enquanto o setor público era responsável por apenas 14,6% das escolas secundárias, o que é sensivelmente mais significativo do que os resultados gerais do Estado de Minas Gerais, que ficavam, de modo geral e respectivamente, com 81% (setor privado) e 19% (setor público) em 1945.

Os dados sobre os estabelecimentos de ensino secundário em Minas Gerais em 1959

indicam que 234 municípios abrigavam escolas secundárias, em um total de 437 unidades. Dentre estes municípios, 144 possuíam apenas uma unidade, enquanto 59 outros possuíam duas escolas secundárias e 17 municípios abrigavam três escolas secundárias.

Os demais municípios, em número de 14, possuíam quatro ou mais estabelecimentos do Ensino Secundário. Belo Horizonte, capital do Estado, mantém a dianteira, com 51 escolas secundárias. Em segundo lugar, Juiz de Fora, com

17 unidades, seguido por Uberaba, que avançou em relação à 1945, quando apresentava apenas 3 escolas secundárias, passando a ter, em 1959, 9 escolas secundárias. As cidades de Governador Valadares, Montes Claros e Uberlândia permaneceram empatadas, com 5 unidades em cada, seguidas pelos municípios de Araguari, Diamantina, Itajubá, Ituiutaba, Muriaé, Ouro Preto, Poços de Caldas e Teófilo Otoni, com 4 escolas secundárias cada, conforme pode ser examinado na Tabela 10 a seguir.

Tabela 10 – Municípios do Estado de Minas Gerais com 4 ou mais escolas secundárias em 1959

Nº	Município	Total
01	Belo Horizonte	51
02	Juiz de Fora	17
03	Uberaba	09
04	Governador Valadares	05
05	Montes Claros	05
06	Uberlândia	05
07	Araguari	04
08	Diamantina	04
09	Itajubá	04
10	Ituiutaba	04
11	Muriaé	04
12	Ouro Preto	04
13	Poços de Caldas	04
14	Teófilo Otoni	04
Total		124

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo com base em dados obtidos em Brasil (1959b, p. 33-52).

A expansão do Ensino Secundário em Minas Gerais e, por desdobramento, do número de estabelecimentos, docentes, matrículas e conclusões colaborou de modo substantivo para o aumento do número de municípios do Estado

de Minas Gerais que passaram a ofertar vagas para este nível de ensino escolar, com passagem, em um intervalo de apenas cinco anos, de 37% dos municípios, em 1957, para 61%, em 1962, conforme está demonstrado na Tabela 11.

Tabela 11 – Curso Secundário nos municípios de Minas Gerais (1957-1962)

Ano	Municípios que possuem Curso Secundário						Municípios que não possuem Curso Secundário	
	Somente Ginásial	%	Ginásial e Colegial	%	Total	%	Total	%
1957	138	76,7	42	23,3	180	37,1	305	62,9
1958	153	76,5	47	23,5	200	43,3	262	56,7
1959	168	76,7	51	23,3	219	47,3	244	52,7
1960	196	79,0	52	21	248	53,0	220	47,0
1961	212	79,1	56	20,9	268	57,6	197	42,4
1962	227	80,2	56	19,8	283	61,0	181	39,0

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo com base em dados obtidos em Brasil (1957, 1958, 1959a, 1960, 1961, 1962).

Cabe ressaltar ainda que, embora não tenha sido muito significativo em termos estatísticos, pois somaram apenas 19 estabelecimentos escolares no Estado de Minas Gerais, que também a comunidade foi acionada para criação e manutenção de estabelecimentos de Ensino Secundário no Brasil e, neste caso, particularmente no Estado de Minas Gerais, tendo sido fundamental para isso o papel desempenhado pela Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG), depois renomeada Campanha Nacional dos Educandários Comunitários (CNEC), dado que, mediante a limitação dos aportes financeiros da comunidade e mesmo dos governos estaduais e municipais, não foi possível manter a gratuidade esperada, com a cobrança de mensalidades ao menos em parte considerável dos estabelecimentos.

Finalizamos esta primeira seção do artigo com a percepção clara que houve forte demanda da população por escolarização, inicialmente em nível fundamental, mas, praticamente simultaneamente, também em relação ao Ensino Secundário, sobretudo com o adensamento populacional na zona urbana. A resposta institucional objetivou-se por meio da expansão do número de estabelecimentos, docentes, matrículas e conclusões, mediante iniciativa pública e privada, com predominância das iniciativas estaduais em nível público e das confissões religiosas católicas no setor privado. Muito provavelmente, ainda que não tenha sido objeto da presente pesquisa, o setor privado, leigo e confessional, possa ter usufruído de subvenções públicas.

2. O Ensino Secundário na legislação educacional do Estado de Minas Gerais e do Brasil

Na consulta realizada junto aos acervos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e do Arquivo Público Mineiro, mediante cotejamento com a bibliografia, foi possível elencar 101 leis, decretos e portarias no período compreendido entre 1750 e 1955. O recuo temporal, para bem antes do período compreendido na presente pesquisa, 1942-1961, deveu-se ao fato de ser importante perceber qual a estrutura legislativa que precedeu o movimento legiferante mineiro em torno do Ensino Secundário durante as primeiras décadas do período republicano.

Dos 101 itens levantados, 83 referem-se ao período anterior a 1942 e apenas 18 ao período posterior, com extensão da observação até o ano de 1955. Possivelmente, a centralização do poder em nível federal a partir do período do Estado Novo brasileiro, 1937-1946, possa explicar este refreamento da legislação estadual.

Na análise da legislação foi possível diferenciar aquela com características estruturadoras do Ensino Secundário em Minas Gerais daquela que pareceu aplicar-se a questões mais corriqueiras da administração pública.

Assim, a legislação estruturadora do Ensino Secundário somou 10 leis ou decretos, no período compreendido entre 1890 e 1926, em documentos que comportaram de 27 a 264 artigos. Muitas dessas leis e decretos tinham o Ginásio Mineiro como objeto, o que, em razão do caráter modelar do mesmo, repercutia nas demais escolas secundárias do Estado. No Quadro 1 está listada a referida legislação estruturante.

Quadro 1 – Legislação estruturante do Ensino Secundário em Minas Gerais (1890-1926)

Nº	Designação	Artigos específicos
01	Decreto nº 260, de 01 de dezembro de 1890. Crêa o Gymnasio Mineiro e supprime os Externatos do Estado e Lyceu da Capital. (MINAS GERAIS, 1890).	40 artigos (Capítulo 1. Do Ensino Secundário)
02	Decreto nº 535, de 13 de junho de 1891. Approva o regulamento confeccionado para o Gymnasio Mineiro. (MINAS GERAIS, 1891).	113 artigos

03	Lei nº 41, de 03 de agosto de 1892. Dá nova organização à instrução pública do Estado de Minas. (MINAS GERAIS, 1892).	53 artigos (Título III. Capítulo 1. Do Ensino Secundário)
04	Lei nº 221, de 14 de setembro de 1897. Contém disposições relativas à instrução pública primária e secundária. (MINAS GERAIS, 1897).	36 artigos
05	Lei nº 281, de 16 de setembro de 1899. Dá nova organização à instrução primária do Estado de Minas. (MINAS GERAIS, 1899).	30 artigos
06	Decreto 2.513, de 17 de abril de 1909. Approva o regulamento do «Curso Fundamental de Instrução Secundaria», de Bello Horizonte. (MINAS GERAIS, 1909).	27 artigos
07	Decreto 3.321, de 22 de setembro de 1911. Approva o regulamento expedido para execução das leis ns. 463, de 12 de setembro de 1907 e 533, de 21 de setembro de 1910, na parte referente ao Gymnasio Mineiro. (MINAS GERAIS, 1911).	246 artigos
08	Decreto 3.853, de 29 de março de 1913. Approva o regulamento do Gymnasio Mineiro. (MINAS GERAIS, 1913).	264 artigos
09	Decreto 4.363, de 07 de abril de 1915. Approva o regulamento do Gymnasio Mineiro. (MINAS GERAIS, 1915).	162 artigos
10	Decreto 7.101, de 30 de janeiro de 1926. Approva o Regulamento do Gymnasio Mineiro. (MINAS GERAIS, 1926).	224 artigos

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo.

No que se refere ao Ensino Secundário, a relação entre a legislação nacional e estadual é marcante, com a primeira influenciando sobremaneira a segunda, sobretudo quando se observa o funcionamento do Ginásio Mineiro, que guardava relação direta com as alterações apresentadas no Ginásio Nacional, conforme se pode ler a seguir:

Crêa o Gymnasio e suprime os Externatos do Estado e Lyceu da Capital

O doutor Governador do Estado de Minas Geraes, considerando que é da maior conveniência uniformizar o ensino primário, normal e secundário actuaes estabelecimentos de instrução do mesmo Estado, segundo o plano adoptado pelo Governo Provisório para o Districto Federal, no regulamento do 8 de novembro findo; considerando que os defeitos da legislação vigente, verificados acuradamente por longa e detida observação, reclamam imperiosamente prompto correctivo por meio da reforma eficaz, urgente e adaptada às actuaes circumstancias.

Considerando tambem que, quanto ao ensino secundário, seria pouco proveitosa qualquer reforma desde que, seguindo o mesmo plano o programma do ensino secundario do Districto Federal, se lhe não unisse a vantagem da validade dos exames finaes para a matricula nos cursos superiores da Republica, aproveitando se a facultade

conferida pelo art. 38 do citado regulamento; o atendendo mais que para facilitar a execução dos intuitos do Governo, vem em seu apoio a liberdade da Sociedade Educadora Mineira, offerecendo, na cidade de Barbacena, terras, prédio e mobilia para a criação de um estabelecimento de instrução modelado pelo Gymnasio Nacional; resolve crear, com o mesmo plano o programma deste, um estabelecimento de instrução secundaria, dividido em internato e externato, sendo a primeira na dita cidade de Barbacena, e o segundo na Capital do Estado. (MINAS GERAIS, 1890).

Em seguida, já no ano de 1891, foi aprovado o Regulamento do Ginásio Mineiro, por meio do Decreto nº 535, de 13 de junho de 1891, com 113 artigos, disciplinando o funcionamento, bem como definindo as matérias de ensino, conforme se pode ler a seguir:

Regulamento

Título I

DO GYMNASIO MINEIRO E SEU PLANO DE ENSINO

Art. 1: o Gymnasio Mineiro tem por fim proporcionar á mocidade brasileira a instrução secundaria e fundamental, necessária e suficiente, assim para matricula nos cursos superiores da Republica, como em geral para o bom desempenho dos deveres do cidadão na vida social.

Art. 2: O Gymnasio Mineiro é dividido em dois es-

tabelecimentos que se denominam – Internato e Externato: o primeiro colocado na cidade de Barbacena, e o segundo na Capital deste Estado.

Têm a mesma administração, regem pela mesma lei, têm os mesmos programas e estão igualmente sujeitos á inspeção de altas autoridades de ensino.

Art. 3: O curso integral de estudos do Gymnasio Mineiro será de sete anos constando das seguintes disciplinas: portuguez e literatura nacional, latim, grego, francez, inglez, mathematicas, astronomia, physica. chimica, historia natural, biologia, sociologia e moral, noções de economia politica e direito pátrio, geografia, historia universal, historia do Brasil, desenho, gymnastica, evoluções militares, o esgrima, musica.

Art. 4: As disciplinas acima mencionadas são todas obrigatórias. (MINAS GERAIS, 1891).

Nesse Decreto nº 535, de 1891, está clara a natureza formativa e propedêutica do Ensino Secundário, bem como o objetivo de formação moral, nos deveres do cidadão na vida social. Em termos de matérias de ensino, o elenco é robusto, contemplando: Português, Literatura Nacional, Latim, Grego, Francês, Inglês, Matemáticas, Astronomia, Física, Química, História Natural, Biologia, Sociologia e Moral, Noções de Economia Política e Direito Pátrio, Geografia, História Universal, História do Brasil, Desenho, Ginástica, Evoluções Militares e Esgrima, Música. Enfatizava-se que todas estas disciplinas eram obrigatórias. No mesmo decreto, no que se refere à disciplina escolar, pode-se ler:

Art. 81. Os únicos meios disciplinares, sempre proporcionados á gravidade das faltas serão:

1. Privação de parte ou totalidade do recreio;
2. Privação do recreio com trabalho, sendo o alumno obrigado a responder sobre assumpto conducente ao desenvolvimento intelectual e moral;
3. Reprehensão fora ou dentro de aula;
4. Reprehensão perante alumnos reunidos;
5. Enviar os allumnos aos pais, afim de corrigil os;
6. Exclusão do Gymnasio. (MINAS GERAIS, 1892).

Outro aspecto importante a considerar na legislação sobre o Ensino Secundário em Minas Gerais refere-se à admissão no internato de alunos pobres, tanto em Ouro Preto, capital na época, quanto em Barbacena, conforme aparece na Lei nº 41, de 03 de agosto de 1892, onde se lê:

Art. 107. Serão admitidos no internato até 12 alumnos pobres, tirados das 12 principaes zonas do Estado, e que tenham se destinguido por sua intelligência, bom procedimento e assídua aplicação ao estudo, cessando o favor do Estado par com os actualmente admitidos fora das condições deste artigo.

Paragrapho único: O internato de Barbacena poderia tambem admitir á frequência até 20 alumnos externos, sob o mesmo regimen disciplinar e sem prejuízo do ensino, a juízo da congregação. (MINAS GERAIS, 1892).

Em 1909, já com a capital do Estado de Minas Gerais transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte, houve formulação de legislação que regulamentou o Curso Fundamental de Instrução Secundária, o que foi feito por meio do Decreto nº 2.513, de 17 de abril de 1909, no qual se pode ler:

Art. 1º.: O Curso Fundamental de Instrução Secundaria, estabelecido em Belo Horizonte, tem por fim proporcionar sob moldes práticos, o ensino das disciplinas necessárias a todo homem na sociedade moderna, qualquer que seja a profissão que venha a abraçar, e cuidar da educação moral e physica da mocidade a fim de preparar cidadãos uteis a sí e a Patria.

Art. 2º.: Suas aulas funcionarão quotidianamente, com exceção apenas dos domingos e dos dias de festa ou de lucto nacionais ou estaduais, e de acordo com o horário que for determinado.

Art. 3º.: Nos dias de festa nacional ou estadoal deverão os alumnos e professores comparecer ao estabelecimento, a hora que, de véspera, houver sido determinada pelo diretor, afim de, por meio de conferencias sobre a efeméride do dia, do excursões recreativas e instructivas, ou do outra fórma que preferida for, se solemnizar a data festiva. (MINAS GERAIS, 1909).

Percebe-se no plano legal o esforço de introduzir elementos de modernização do ensino,

por meio de disciplinas de apelo prático, tais como a taquigrafia e a escrita à máquina, com emprego de métodos de ensino que valorizem a observação e a indução, bem como com a valorização da educação física e da formação moral, no sentido da defesa da liberdade e do respeito às autoridades e à lei, conforme consta dos artigos 5 a 8 do Decreto nº 2.513, de 17 de abril de 1909, expostos a seguir:

Art. 5º. O ensino que se ministra no 'Curso Fundamental' compreende: 1º. A lingua portuguesa; 2º. o francez, o inglez e o allemão (praticamente); 3º. as mathematicas, o desenho e a contabilidade; 4º. elementos de astronomia; 5º. geographia e historia; 6º. moral cívica e rudimento de direito constitucional; 7º. noções de sciencias physicas e naturaes, de hygiene e de agricultura e pecuaria; 8º. tachygraphia, escripta á machina e musica.

Art. 6º. No ensino de qualquer disciplina não serão permitidos os processos que repousam exclusivamente sobre a memoria em abstracções, devendo ser empregado unicamente o methodo da observação e da inducção, não só para que os conhecimentos sejam apprehendidos com segurança maior, como para que a intelligencia se desenvolva mais prompta e completamente.

Art. 7º. A educação physica tenderá a rebustecer o corpo dos alunos e a adextralos nos diversos

jogos e exercícos, não só para tornal-os mais resistentes, como para lhes dar a calma, a coragem e a decisão com qualquer emergencia de vida.

Art. 8º. A educação moral procurará formal-os cidadãos honestos de uma Republica liberal: – individualmente probos, amantes e defensores da liberdade, respeitadores da autoridade e da lei. (MINAS GERAIS, 1909).

No Regulamento do Ginásio da Capital e de Barbacena, aprovado por meio do Decreto nº 3.321, de 22 de setembro de 1911, aparece de modo claro o que se esperava em termos de finalidade da existência do Ginásio Mineiro, mas também das matérias de ensino, com sua distribuição ao longo das séries, conforme se pode examinar a seguir:

Art. 1º.: O Gymnasio Mineiro tem por fim o ensino linguas, sciencias, lettras e artes que proporcione ao espirito uma cultura geral de caracter principalmente pratico.

Art. 2º.: Continúa dividido em externato e internato, estabelecidos o primeiro na capital do Estado e o segundo na cidade de Barbacena.

Art. 3º.: Cada um dos referidos estabelecimentos terá corpo docente, pessoal administrativo e regimento interno proprios; mas serão regidos respectivamente pelo presente regulamento, e sujeitos á mesma autoridade superior.

1ª SERIE		2ª SERIE		3ª SERIE	
Portuguez	4	Portuguez	3	Portuguez	2
Francez	6	Francez	3	Francez	4
Geographia	2	Inglez ou allemão	3	Inglez ou allemão	3
Instrucção moral e civica	1	Geographia	2	Latim	3
Desenho	1	Arithmetica	2	Arithmetica	2
	20	Instrucção moral e civica	3	Algebra	1
		Desenho.....	1	Geographia	2
			20	Historia universal	2
				Noções de Direito	1
				Desenho	2
					22
4ª SERIE		5ª SERIE		6ª SERIE	
Portuguez	3	Portuguez	3	Literatura port. e bras	2
Francez	2	Francez	3	Latim	1
Inglez ou Allemão	2	Inglez ou Allemão	1	Arithmetica	1
Latim	3	Latim	2	Algebra	1
Algebra	1	Algebra	1	Geometria	2
Geometria plana	3	Geometria no espaço	2	Trigonometria	1
Geographia	1	Geographia	1	Geographia	1
Historia universal	2	Historia universal	2	Historia universal	2
Physica	2	Physica	1	Physica	1
Chimica	2	Chimica	2	Chimica	1
Logica	2	Historia natural	3	Historia natural	4
	23	Logica	2	Noções hygiene	1
			23	Logica	4
					22

(MINAS GERAIS, 1911).

Nova modificação do regulamento do Ginásio Mineiro é realizada em 1913, no qual aparecem claramente as matérias de ensino e os a elas horários destinados, às quais se referem ao Curso Fundamental e, na sequência,

àquelas matérias de ensino que se referem ao Curso Complementar, conforme consta do Decreto nº 3.853, de 29 de março de 1913, cujos conteúdo reproduzimos na Figura 1 exposta a seguir.

Figura 1 – Horários do Curso Fundamental e Complementar do Ginásio Mineiro (1913)

Horario do Curso Fundamental					
Dias	A's 8 horas	A's 9 horas	A 1 hora	A's 2 horas	A's 3 horas
Primeiro anno					
2. ^o	—	Geographia	Francês	Portuguez	Deveres mor e civ.
3. ^o	Arithmetica	•	Desenho	•	•
4. ^o	•	Cartographia	Desenho	Francês	•
5. ^o	•	•	Francês	Portuguez	•
6. ^o	• (exerc.)	—	•	•	•
Sab.	•	•	•	•	•
Segundo anno					
2. ^o	Historia geral	Arithmetica	Desenho	Francês	Portuguez
3. ^o	Geometria	Algebra	Physica	•	•
4. ^o	•	• (exerc.)	Desenho	Portuguez	Portuguez
5. ^o	• (exerc.)	•	Physica	Francês	•
6. ^o	Historia geral	Geographia	• (pratica)	•	•
Sab.	•	Cartographia	Physica	Reg. ^o e dias. do cid.	•
Tercelro anno					
2. ^o	Chorog. do Bras.	Hist. geral	—	Chimica	Hist. natural
3. ^o	•	Geometria	—	•	•
4. ^o	Hist. do Bras.	•	Chimica (pratica)	•	•
5. ^o	•	•	•	Chimica	•
6. ^o	Trigonometria	Hist. geral	Desenho	Higiene	• (pratica)
Sab.	•	•	•	Cosmographia	•

Horario do Curso Complementar					
Dias	A's 8 horas	A's 9 horas	A 1 hora	A's 2 horas	A's 3 horas
Primeiro anno					
2. ^o	Latim	Inglez	Allemao	Francês (exerc.)	Gramm. historica
3. ^o	• (exerc.)	• (exerc.)	•	•	•
4. ^o	•	•	•	•	•
5. ^o	•	•	• (exerc.)	•	•
6. ^o	•	•	•	Psychologia	• (exerc.)
Sab.	•	•	•	• (exerc.)	•
Segundo anno					
2. ^o	Inglez (exerc.)	Latim	—	Logica (exerc.)	Francês
3. ^o	•	• (exerc.)	—	•	•
4. ^o	•	•	Logica	Litteratura	•
5. ^o	•	•	•	• (exerc.)	•
6. ^o	•	•	•	•	Francês (exerc.)
Sab.	•	•	•	•	•

Allemao no 2.^o anno, no meio dia nas 5.^o e 6.^o; sab. (exerc.)

Fonte: Minas Gerais (1913).

Em seguida, o que se observa é que houve necessidade de modificar novamente o Regulamento do Ginásio Mineiro, devido à alteração em legislação federal, especificamente o Decreto Federal nº 11.530, de 18 de março de

1915, aprovado pela Câmara dos Deputados, que teve impacto na legislação mineira, por meio do Decreto nº 4.363, de 07 de abril de 1915 (BRASIL, 1915). O mesmo se repetiu em relação ao Decreto Federal nº 16.782, de 13 de

janeiro de 1925, que repercutiu em alteração estadual, por meio do Decreto nº 7.101, de 30 de janeiro de 1926 (BRASIL, 1926).

Concretamente, é possível afirmar que desde a República até 1926 há uma relação muito estreita entre o que se decide em termos nacionais e o que repercute na legislação mineira acerca do Ensino Secundário, o que se aprofunda após a Revolução de 30 e durante o Estado Novo, quando o Ensino Secundário passa a ser fortemente regulado a partir do governo central. De qualquer modo, é preciso reconhecer que o acervo legal acerca do Ensino Secundário nacional e mineiro é robusto, com boa parte do material disponível em suportes eletrônicos.

3. A historiografia acerca do Ensino Secundário em Minas Gerais

Em termos de bibliografia, a investigação teve início com o material que os autores têm depositado em suas próprias bibliotecas, bem como no exame das listas de referências contidas nesses mesmos materiais. Além disso, houve busca nos repertórios de dissertações e teses da Capes, nas páginas dos principais periódicos científicos da área de História da Educação e mesmo em alguns da área de Educação.

No momento de investigar as escolas individualmente, quanto à instituição de vínculo, também foi possível conhecer alguns títulos de dissertações, teses e mesmo livros que estavam relacionados, quase sempre, à História particular de algumas instituições escolares que tinham escapado ao registro anterior. Deste modo, até o presente momento, foi possível alcançar 57 trabalhos bibliográficos, conforme a distribuição que está descrita na Tabela 12 a seguir.

Tabela 12 – Historiografia sobre a História do Ensino Secundário em Minas Gerais (1920-2019)

Teses		Dissertações		Livros		Capítulos		Artigos	
07	12,3%	32	56,1%	09	15,8%	05	8,8%	04	7%

Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo.

A predominância de dissertações e teses, com, respectivamente, 32 dissertações (56,1% do total) e 7 teses (12,3% do total), somando 39 trabalhos em um universo de 57 trabalhos e alcançando, portanto, 68,4% do total, reflete, sem dúvida, a centralidade dos programas de pós-graduação, notadamente em Educação, na orientação de trabalhos sobre a História do Ensino Secundário. Mesmo os livros, capítulos e artigos publicados, em muitos casos, comunicam resultados dessas mesmas dissertações e teses.

No que se refere à temática predominante presente na historiografia sobre o Ensino Secundário em Minas Gerais, foi possível perceber a centralidade da História das Instituições Es-

colares, em 42 dos 57 trabalhos, o que alcançou o elevado percentual de 73,7%. Em segundo lugar, mas com boa distância, constou a temática da História do Ensino Secundário e/ou da Organização do Ensino Secundário em Minas Gerais, com 9 trabalhos dentre os 57 levantados, perfazendo o percentual de 15,8%.

Os 6 trabalhos restantes somaram o percentual de 10,5%, mas estão dispersos de modo proporcional nas temáticas: História da Profissão Docente; Estado, Igreja e Ensino Secundário; Educação Física e Ginástica no Ensino Secundário; História dos Impressos Educacionais; História Política e Cultural; Patrimônio Cultural, conforme fica mais claro na Tabela 13 apresentada a seguir.

Tabela 13 – Temáticas sobre a História do Ensino Secundário em Minas Gerais (1920-2019)

Número	Temáticas	Trabalhos	%
01	História das Instituições Escolares	42	73,7%
02	História do Ensino Secundário e/ou da Organização do Ensino Secundário em Minas Gerais	09	15,8%
03	História da Profissão Docente	01	1,75%
04	Estado, Igreja e Ensino Secundário	01	1,75%
05	Educação Física e Ginástica no Secundário	01	1,75%
06	História dos Impresses Educacionais	01	1,75%
07	História Política e Cultural	01	1,75%
08	Patrimônio Cultural	01	1,75%
Total		57	100%

Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo.

Ainda no que se refere aos trabalhos encontrados até o presente momento, contabilizou-se 46 autores e coautores, boa parte deles vinculados a programas de pós-graduação, em especial da área de Educação, muitos

deles em linha de pesquisa de História da Educação ou em sua proximidade. A lista dos autores e coautores consta do Quadro 2 exposto a seguir.

Quadro 2 – Autores e coautores de trabalhos sobre a História do Ensino Secundário (1920-2019)

Autores e coautores (ordem alfabética/sobrenome)	Incidência
AGOSTINI, Juliana.	01
ANDRADE, Mariza Guerra de.	02
ANDRADE, Renata Fernandes Maia de.	01
ANDRADE, Renata Fernandes Maia de; CARVALHO, Carlos Henrique de.	01
ARANTES, Gabriela Villela.	01
BALBINO, Antônio Gilberto	02
CAMELLO, Maurílio J.O.	01
CHAVES JÚNIOR, Ilton de Oliveira.	01
CRUZ, Antônio C.M.	01
FERREIRA, Hedmar de Oliveira	01
FONSECA, Thaís Nívea de Lima e.	01
FONTOURA, Márcia.	01
FRANCO, Isaura Melo	01
FRATTARI NETO, Nicola José	01
GATTI, Giseli Cristina do Vale.	03
GATTI, Giseli Cristina do Vale; INÁCIO FILHO, Geraldo.	02
GATTI, Giseli Cristina do Vale; INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JR., Décio.	03
GENTILINI, Sonia Maria.	01
GHANTOUS, Daniella Soraya R.A.	01
GUILHERME, Willian Douglas.	01
GUIMARÃES, Sabrina Pierre de Almeida	01
LAGES, Rita Cristina Lima.	01
MACHADO, Gláucia Gonzaga Galvão	01
MACHADO, Lucimar Lacerda.	01
MAGALHÃES, Otavio Luciano Camargo Sales de.	01

MENDES, Viviane Santana.	01
MORAES, Vera Cruz de Oliveira.	01
MOURÃO, Paulo Krüger Correa.	02
NASCIMENTO, Maria Célia do	01
NEVES, Leonardo Santos.	01
OLIVEIRA, Paloma Rezende de.	01
OLIVEIRA, Sandra Ferreira de	01
PACHECO, Simone Beatriz Neves	01
PINHEIRO, Andréa Lopes	01
PEREIRA, Jardel Costa.	01
ROZZETI, Izabel	01
SILVA, Eloísa de Castro.	01
SILVA, Janaína Ferreira.	01
SILVA, Mariluce Viotti.	01
SILVA, Mariluce Viotti; GATTI, Giseli Cristina do Vale.	01
SOARES, Edilene Alexandra Leal.	01
SOUZA, Cristiane Rodrigues Mendonça de.	01
SOUZA, Rita de Cássia de.	01
SOUZA, Rosa Fátima de.	01
TEIXEIRA, Aleluia Henriger Lisboa.	02
VIANA, Natércia Micheletti.	01

Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo.

No que se refere às teses e dissertações, elas foram desenvolvidas em 12 diferentes instituições universitárias, notadamente, na área de Educação. A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) predominou, com 13 trabalhos (33,3%). Depois a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 10 trabalhos (25,6%). Na Universidade São Francisco foram desenvolvidos 4 trabalhos (10,3%), seguida da Universidade Estadual Paulista (Unesp), com 3 trabalhos (7,7%), e da Universidade de Uberaba, com 2 trabalhos (5,1%). Os 7 outros trabalhos (17,9%) foram desenvolvidos em diferentes instituições de educação superior, a

saber: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Universidade Estácio de Sá, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Coincide a predominância de trabalhos na UFU e na UFMG, dado o caráter consolidado percebido nas linhas de pesquisa em História e Historiografia da Educação nos programas de pós-graduação em Educação de ambas as instituições. Os dados apresentados acima, constam na Tabela 14 exposta a seguir.

Tabela 14 – Instituições das teses e dissertações sobre o Ensino Secundário em Minas Gerais

Nº	Instituição	Teses e Dissertações	%
01	Universidade Federal de Uberlândia	13	33,3%
02	Universidade Federal de Minas Gerais	10	25,6%
03	Universidade São Francisco	04	10,3%
04	Universidade Estadual Paulista	03	7,71%
05	Universidade de Uberaba	02	5,1%
06	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	01	2,57%
07	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	01	2,57%
08	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	01	2,57%
09	Universidade Estácio de Sá	01	2,57%
10	Universidade Federal de Juiz de Fora	01	2,57%
11	Universidade Federal de Viçosa	01	2,57%
12	Universidade Metodista de São Paulo	01	2,57%
Total		39	100%

Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo.

As investigações desenvolvidas junto aos programas de pós-graduação em Educação, notadamente na UFU e na UFMG, com vistas à obtenção da titulação de mestrado e de doutorado, contaram com a orientação de 29 diferentes professores pesquisadores, alguns deles diretamente focados nas temáticas da História do Ensino Secundário; outros,

ainda que focados em projetos de pesquisa diferentes, dedicaram-se aos processos de orientação nessa temática. Não houve predominância de nenhum orientador em particular, dado que os processos de orientação giraram entre 1 e 3 por orientador, conforme pode ser examinado na listagem exposta Quadro 3 a seguir.

Quadro 3 – Orientadores dos trabalhos sobre a História do Ensino Secundário em Minas Gerais (ordem alfabética)

Nº	Orientadores (ordem alfabética)	Instituição	Incidência
1	Ana Waleska Pollo Campos Mendonça	PUC RIO	01
2	Antonio Carlos Carrera de Souza	UNESP	01
3	Armando Quillici Neto	UFU	01
4	Carlos Henrique de Carvalho	UFU	02
5	Celia Rocha Calvo	UFU	01
6	Christianni Cardoso Morais	UFSJ	01
7	Clarice Nunes	ESTÁCIO	01
8	Cynthia Greive Veiga	UFMG	02
9	Décio Gatti Júnior	UFU	01
10	Geraldo Inácio Filho	UFU	03
11	Giseli Cristina do Vale Gatti	UFU/UNIUBE	02
12	Ivan Aparecido Manoel	UNESP	01
13	José Carlos Souza Araújo	UFU	01
14	Lorene dos Santos	PUC MINAS	01
15	Luciano Mendes de Faria Filho	UFMG	01
16	Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos	UFMG	01
17	Luiz Carlos Barreira	PUC-SP	01
18	Luzia Batista de Oliveira Silva	USF	02
19	Maria Alice Nogueira	UFMG	01
20	Maria Ângela Borges Salvadori	USF	02
21	Maria Cristina Soares de Gouvea	UFMG	01
22	Meily Assbu Linhales	UFMG	01
23	Regina Helena Alves da Silva	UFMG	01
24	Rosa Fátima de Souza Chaloba	UNESP	01
25	Roseli Fischmann	UMESP	01
23	Sauloéber Tarsio de Souza	UFU	02
27	Tarcísio Mauro Vago	UFMG	02
28	Vanessa Lana	UFV	01
29	Wenceslau Gonçalves Neto	UFU/UNIUBE	02

Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo.

A pesquisa permitiu verificar que há um número considerável de trabalhos dedicados ao exame da História do Ensino Secundário em Minas Gerais, notadamente na temática da História das Instituições Escolares, nos quais foi possível perceber o acionamento de fontes diversificadas, legislação, documentos impressos e manuscritos em acervos públicos e escolares, diários de professores, iconografia, cadernos de alunos etc.

Dessa maneira, o conjunto de trabalhos colabora para o melhor conhecimento do processo de expansão e consolidação do Ensino Secundário em Minas Gerais, em uma relação entre a sociedade, a cidade e a escola, na qual também concorrem as iniciativas estatais, da sociedade civil e das confissões religiosas, mas também o conhecimento dessa historiografia permite alcançar uma série de práticas e sujeitos escolares que deram vida ao Ensino Secundário em Minas Gerais ao longo do Século XX e, particularmente, no período coberto por esta investigação, entre 1942 e 1961.

Considerações finais

Os resultados da presente investigação alcançaram as três frentes de investigação pretendidas no projeto de estudos comparados acerca da História do Ensino Secundário no Brasil, cabendo, neste caso particular, o exame da realidade do Estado de Minas Gerais.

Em uma das frentes foi possível verificar que a expansão do Ensino Secundário em Minas Gerais teve um arranque entre as décadas de 1940 e 1960, com predominância da oferta por instituições particulares (83%), notadamente católicas, o que foi mais visível em 1945, pois, em 1959, o número de estabelecimentos católicos e leigos aproximou-se em termos numéricos, mas ainda com significativa predominância do setor particular em relação ao número de estabelecimentos do poder público (17%)

A esse propósito, é importante mencionar que se percebeu na documentação consultada indícios de que houve subvenções públicas

regulares para a manutenção de instituições particulares leigas e confessionais no Estado de Minas Gerais, o que merece ser aprofundado em investigações futuras. O aumento do número de municípios mineiros com oferta de Ensino Secundário foi percebido, mas não foi possível delimitar o déficit de vagas que continuou a existir mesmo diante de tal ampliação, o que também demanda continuidade de estudos e pesquisas.

Em outra frente, que se referiu ao processo legislativo, ele expressa que, entre 1890 e 1926, houve uma relação entre o que se definia nacionalmente e o que se adaptava e ajustava à realidade do Ensino Secundário em Minas Gerais. Todavia, de uma relação que, em alguma medida, preservava a autonomia estadual, passou-se, após o movimento de 1930 e sua radicalização, que foi o advento do Estado Novo, a uma centralização das decisões sobre o Ensino Secundário em âmbito nacional. Entretanto não é pouco o que se tem em termos de legislação sobre o Ensino Secundário, seja em nível estadual ou nacional, o que permite avanços importantes de estudos e pesquisas.

Se a legislação permite perceber as finalidades gerais do ensino, bem como as práticas desejadas pelos legisladores, o conhecimento da realidade pedagógica é mais difícil. Todavia a existência de historiografia robusta, em especial no que se refere à História das Instituições Escolares do Ensino Secundário de Minas Gerais, pode ajudar no entendimento das práticas escolares específicas colocadas em ação no período em referência na presente pesquisa. O conjunto de trabalhos é significativo, sendo a maior parte da produção recente e de fácil acesso, bem como evidenciando a importância dos programas de pós-graduação em Educação e de suas linhas de pesquisa em História e Historiografia da Educação em Minas Gerais.

Conclui-se que a pesquisa possibilitou um conhecimento importante e uma análise ao menos inicial de três dimensões da História do Ensino Secundário em Minas Gerais: sua expansão, por meio dos dados estatísticos dis-

poníveis; sua legislação, com acesso a acervos documentais bastante completos; sua historiografia, composta por um conjunto importante de trabalhos de investigações, publicados em teses, dissertações, livros, capítulos e artigos. É desta base de informações e análises que se tornará possível avançar para uma análise comparativa, que possa perceber a forma tomada pela expansão do Ensino Secundário em outros estados da Federação brasileira.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA LEOPOLDINENSE DE LETRAS E ARTES. **109 anos da fundação do Ginásio Leopoldinense**. Leopoldina, MG, 2015. Disponível em: <https://academialeopoldinense.wordpress.com/category/ginasio-leopoldinense/>. Acesso em: 28 mar. 2020
- ACERVO PÚBLICO DE UBERABA. **Colégio Marista-Diocesano**. Uberaba, MG, 1930. 1 fotografia.
- ARÉVALO, Simón Eugénio Sáenz. **Ginásio Bicalho**. Juiz de Fora, MG, 1952. 1 fotografia. Disponível em: <http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2016/02/bairros-area-central-0-fotos.html>. Acesso em: 28 mar. 2020.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Ginásio Pará de Minas**. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=34914. Acesso em: 28 mar. 2020.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano VI - 1941-1945). Rio de Janeiro, 1946.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano VII - 1946). Rio de Janeiro, 1947.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano VIII - 1947). Rio de Janeiro, 1948.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano IX - 1948). Rio de Janeiro, 1949.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano X - 1949). Rio de Janeiro, 1950.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XI - 1950). Rio de Janeiro, 1951.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XII - 1951). Rio de Janeiro, 1952.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XIII - 1952). Rio de Janeiro, 1953a.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XIV - 1953). Rio de Janeiro, 1953b.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XV - 1954). Rio de Janeiro, 1954.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XVI - 1955). Rio de Janeiro, 1955.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XVII - 1956). Rio de Janeiro, 1956.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XVIII - 1957). Rio de Janeiro, 1957.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XIX - 1958). Rio de Janeiro, 1958.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XX - 1959). Rio de Janeiro, 1959a.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário. Seção de Prédios e Aparelhamento Escolar. **Estabelecimentos do Ensino Secundário em Funcionamento no Brasil até 1959 (inclusive)**. Distrito Federal, 1959b.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XXI - 1960). Rio de Janeiro, 1960.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XXII - 1961). Rio de Janeiro, 1961.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XXIII - 1962). Rio de Janeiro, 1962.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XXV - 1964). Rio de Janeiro, 1964.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (v. 26 - 1965). Rio de Janeiro, 1965.

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (v. 27 - 1966). Rio de Janeiro, 1966.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** (v. 29 - 1968). Rio de Janeiro, 1968.
- CENTRO CULTURAL GINÁSIO SÃO JOSÉ. História. **Gymnasio São José**. Ubá, MG, 2014. Disponível em: <http://ginasiosaojose.blogspot.com/p/historia.html>. Acesso em: 28 mar. 2020.
- COIMBRA JÚNIOR. Os ilustres personagens da Rua do Fundinho. Histórias de Uberlândia. **Gazeta do Triângulo**, Uberlândia, MG, 03 abr. 2014. Disponível em: <http://gazetadotriangulo.com.br/tmp/colunas/os-ilustres-personagens-das-ruas-do-fundinho/> Acesso em: 28 mar. 2020.
- COLÉGIO ANGÉLICA. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A9gio_Ang%C3%A9lica. Acesso em: 28 mar. 2020.
- COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES. **Colégio Nossa Senhora das Dores**. São João del-Rei, MG, 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/170359236352203/photos/a.603290416392414/1971983869523055/?type=3>. Acesso em: 28 mar. 2020.
- COLÉGIO PAULA FRASSINETTI. **O Colégio**. Disponível em: <http://colegiopaulafrassinetti.com.br/o-colegio>. Acesso em: 28 mar. 2020.
- CULTURA COLETIVA. **Especial Ponte Nova 149 anos: o Colégio Salesiano Dom Helvécio**. 2015. Disponível em: <https://cultura coletiva.wixsite.com/blog/single-post/2015/10/26/Especial-Ponte-Nova-149-anos-o-Col%C3%A9gio-Salesiano-Dom-Helv%C3%A9cio>. Acesso em: 28 mar. 2020.
- ESCOLA ESTADUAL DE UBERLÂNDIA. **Gymnasio Mineiro de Uberlândia**. Uberlândia, MG, [193-?]. 1 fotografia.
- GATTI, Giseli Cristina do Vale; GATTI JÚNIOR, Décio. **Ensino secundário no Brasil em perspectiva histórica e comparada (1942-1961) - Estado de Minas Gerais** (Relatório Final). Impresso. Uberaba, MG: Universidade de Uberaba; Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Biblioteca. **Colégio Santa Catarina**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=445362&view=detalhes>. Acesso em: 28 mar. 2020.
- JABLONSKY, Tibor. **Escola Estadual Milton Campos**. 1956. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/755023/classicos-da-arquitetura-escola-estadual-milton-campos-oscar-niemeyer>. Acesso em: 28 mar. 2020.
- MACHADO DÉCADAS. **Colégio São José**. Disponível em: <https://machadodecadas.blogspot.com/2015/02/colégio-sao-jose.html>. Acesso em: 28 mar. 2020.
- MINAS GERAIS. **Decreto nº 260, de 01 de dezembro de 1890**. Crêa o Gymnasio Mineiro e suprime os Externatos do Estado e Lyceu da Capital. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4695>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- MINAS GERAIS. **Decreto nº 535, de 13 de junho de 1891**. Approva o regulamento confeccionado para o Gymnasio Mineiro. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4694>. Acesso em 20 mar. 2020.
- MINAS GERAIS. **Lei nº 41, de 03 de agosto de 1892**. Dá nova organização à instrução pública do Estado de Minas. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4734>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- MINAS GERAIS. **Lei nº 221, de 14 de setembro de 1897**. Contém disposições relativas à instrução pública primária e secundária. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/105634/Lei%20N%C2%B0221-ano1897.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 27 mar. 2020.
- MINAS GERAIS. **Lei nº 281, de 16 de setembro de 1899**. Dá nova organização à instrução primária do Estado de Minas. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4704>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- MINAS GERAIS. **Decreto nº 2.513, de 17 de abril de 1909**. Approva o regulamento do «Curso Fundamental de Instrução Secundaria», de Bello Horizonte. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4714>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- MINAS GERAIS. **Decreto nº 3.321, de 22 de setembro de 1911**. Approva o regulamento expedido para execução das leis ns. 463, de 12 de setembro de 1907 e 533, de 21 de setembro de 1910, na parte referente ao Gymnasio Mineiro. Disponível em:

<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4730>. Acesso em: 27 mar. 2020.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 3.853, de 29 de março de 1913**. Approva o regulamento do Gymnasio Mineiro. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4728>. Acesso em: 27 mar. 2020.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 4.363, de 07 de abril de 1915**. Approva o regulamento do Gymnasio Mineiro. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4720>. Acesso em: 27 mar. 2020.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 7.101, de 30 de janeiro de 1926**. Approva o Regulamento do Gymnasio Mineiro. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4740>. Acesso em: 27 mar. 2020.

O ENSINO secundário no Brasil em 1945. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 6, n. 17, p. 283-310, nov. 1945. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/1320/1294>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PAIS, Luiz Carlos. Turma de 1941 do Ginásio Paraisense. **Jornal do Sudoeste**, São Sebastião

do Paraíso, MG, 16 jan. 2018. Disponível em: <http://www.jornaldosudoeste.com.br/noticia.php?codigo=2900>. Acesso em: 28 mar. 2020

PINTO, Ivon Luiz. O Instituto Moderno de Educação e Ensino. In: **Blog Empório de Notícias**. Santa Rita do Sapucaí, MG, 21 mar. 2011. Disponível em: <http://emporiodenoticias.blogspot.com/2011/03/o-instituto-moderno-de-educacao-e.html>. Acesso em: 28 mar. 2020.

TEÓFILO OTONI NOTÍCIAS. **Colégio São Francisco**. Disponível em: <http://teofilootoninoticias.blogspot.com/p/colégio-sao-francisco-1956.html>. Acesso em: 28 mar. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (Unimontes). Nossa História. **Galeria de Fotos da Nossa História**. Disponível em: <https://unimontes.br/apresentacao/historico/>. Acesso em: 28 mar. 2020.

Recebido em: 02/04/2020
Aprovado em: 05/07/2020



Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons.

APÊNDICE A

Pequeno álbum fotográfico do ensino secundário no Estado de Minas Gerais – ordem alfabética

Figura A-1 – Colégio Angélica, Coronel Fabriciano



Fonte: Colégio Angélica (2020).

Figura A-2 – Colégio Estadual de Minas Gerais, Belo Horizonte (1956) – Projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer – Atual Escola Estadual Milton Campos



Fonte: Jablonsky (1956).

Figura A-3 – Colégio Marista-Diocesano, Uberaba (1930)



Fonte: Arquivo Público de Uberaba (1930).

Figura A-4 – Colégio Nossa Senhora das Dores, São João del-Rei



Fonte: Colégio Nossa Senhora das Dores (2018).

Figura A-5 – Colégio Nossa Senhora das Lágrimas, Uberlândia (1950)



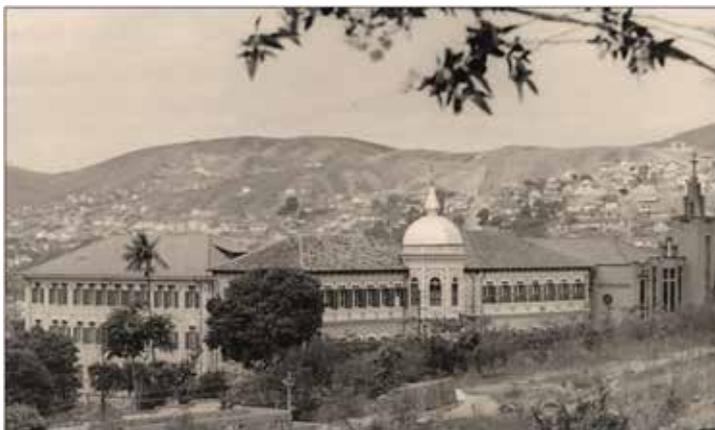
Fonte: Coimbra Júnior (2004).

Figura A-6 – Colégio Paula Frassinetti, São Sebastião do Paraíso



Fonte: Colégio Paula Frassinetti (2020).

Figura A-7 – Colégio Santa Catarina, Juiz de Fora, Minas Gerais



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020).

Figura A-8 – Colégio São Francisco, Teófilo Otoni (1956)



Fonte: Teófilo Otoni Notícias (2020).

Figura A-9 – Colégio São José, Machado



Fonte: Machado Décadas (2020).

Figura A-10 – Ginásio Bicalho, Juiz de Fora (1952)



Fonte: Arévalo (1952).

Figura A-11 – Ginásio do Instituto Moderno de Educação e Ensino, Santa Rita de Sapucaí



Fonte: Pinto (2011).

Figura A-12 – Ginásio Dom Helvécio, Ponte Nova



Fonte: Cultura Coletiva (2015).

Figura A-13 – Ginásio e Escola Normal Estadual, Montes Claros (1949)



Fonte: Universidade Estadual de Montes Claros (2020).

Figura A-14 – Ginásio Leopoldinense, Leopoldina (1950)



Fonte: Academia Leopoldinense de Letras e Artes (2015).

Figura A-15 – Ginásio Paraiense, São Sebastião do Paraíso (1941)



Fonte: Pais (2018).

Figura A-16 – Ginásio São Francisco, Pará de Minas (1943), atual Escola Estadual Fernando Otávio



Fonte: Arquivo Público Mineiro (2020).

Figura A-17 – Gymnasio Mineiro de Uberlândia, Uberlândia



Fonte: Escola Estadual de Uberlândia [193-?].

Figura A-18 – Gymnasio São José, Ubá



Fonte: Centro Cultural Ginásio São José (2014).